



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Aos 09 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 103/XII, 104/XII, 105/XII, 106/XII, 107/XII e 108/XII, relativas às reuniões de 14, 18, 19, 20 e 21 de dezembro

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para nova audição da comissão de acompanhamento da reprivatização da TAP e da comissão de acompanhamento da privatização da ANA

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Conselho de Administração e das organizações representativas dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros que são Partes Contratantes na Convenção de Viena de 21 de maio de 1963 relativa à responsabilidade civil em matéria de danos nucleares («Convenção de Viena») a ratificarem o Protocolo que altera a referida Convenção ou a aderirem ao mesmo no interesse da União Europeia [COM(2012)550]

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a posição a tomar pela União Europeia no Comité Administrativo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa em relação ao projeto de regulamento relativo aos sistemas reforçados de retenção para crianças [COM(2012)607].

Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no âmbito dos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

comités competentes da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre a adaptação ao progresso técnico dos Regulamentos n.os 3, 4, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 19, 23, 26, 31, 37, 38, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 58, 61, 67, 77, 83, 85, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 121, 123 e 125 e sobre a adaptação ao progresso técnico dos Regulamentos Técnicos Globais n.º 4 e n.º 5 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa [COM(2012)613].

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a República Popular da China, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia [COM(2012)641].

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição da União Europeia no Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio, no que diz respeito à adesão da República do Tajiquistão à Organização Mundial do Comércio [COM(2012)646].

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

9. Apreciação da informação da discussão em comissão do Projeto de Resolução n.º 453/XII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo a criação de condições para o transporte de bicicletas nos comboios da CP

10. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 474/XII/2.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do Mercado do Bolhão



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

11. Fixação da redação final relativa às seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

- Proposta de Lei n.º 85/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.

- Reapreciação do Decreto n.º 61/XII – Estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos

12. Petição n.º 222/XII/2.ª - Não ao fim da linha aérea Bragança-Lisboa

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade

- Nomeação de relator (cabe ao PS)

13. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 103/XII, 104/XII, 105/XII, 106/XII, 107/XII e 108/XII, relativas às reuniões de 14, 18, 19, 20 e 21 de dezembro

Neste ponto da ordem do dia, as atas n.ºs 103/XII, 104/XII, 105/XII, 106/XII, 107/XII e 108/XII, relativas às reuniões de 14, 18, 19, 20 e 21 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para nova audição da comissão de acompanhamento da reprivatização da TAP e da comissão de acompanhamento da privatização da ANA



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que interveio, dizendo que o requerimento ora em apreciação aplicava-se apenas ao processo de privatização da ANA, em particular no que respeitava à audição, na CEOP, da respetiva Comissão de Acompanhamento, para que partilhasse com a Assembleia da República a avaliação que fazia do processo.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) pronunciou-se para referir que, não tendo sido entregue o relatório pela Comissão de Acompanhamento não existiam conclusões. Não punha em causa o agendamento da audição mas remetia a mesma para o momento em que as conclusões fossem do domínio público.

Esta intervenção motivou o pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Paulo Campos (PS) sobre a tomada de decisão da privatização da ANA pelo Conselho de Ministros, com a ausência de fundamentação vertida em relatório produzido pela Comissão de Acompanhamento. Parafraseando o orador anterior, não existindo relatório não havia condições para proceder à audição, pelo que perguntava se por essa razão não seria viabilizada a referida audição.

Em resposta o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), remetendo para a sua intervenção anterior, reiterava que a Comissão de Acompanhamento ainda não tinha transmitido informação sobre o processo a quem de direito e, enquanto tal não acontecesse, não seria ouvida na CEOP.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) perguntou se o Governo tinha tomado decisões sobre a privatização da ANA sem dispor do respetivo relatório. Existindo este, então, a Comissão de Acompanhamento deveria apresentá-lo à CEOP.

De novo, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para perguntar se a CEOP só poderia ouvir a Comissão de Acompanhamento após a publicitação do relatório e o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) para sublinhar que a Assembleia da República, no âmbito das suas competências, fiscaliza os atos do Governo, sendo nesta matéria o momento adequado.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

No uso da palavra, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o entendimento do grupo parlamentar do CDS-PP era de que não havia mais nada a esclarecer, porque tinha havido lugar, na CEOP, à obtenção de conhecimento no decurso de um conjunto de audições realizado para o efeito. Nesse sentido, se para os restantes grupos parlamentares tivessem permanecido dúvidas, poderiam solicitar ao Governo os respetivos dossiês.

Esta intervenção motivou o pedido de palavra dos Senhores Deputados Duarte Cordeiro (PS), Ana Drago (BE) e Nuno Matias (PSD).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) destacou, então, os seguintes pontos: que o grupo parlamentar do CDS-PP depois de ouvir aquelas entidades, na CEOP, tinha ficado esclarecido, ao contrário dos restantes Deputados; como as audições não tinham tido conteúdo, a transparência do processo, que havia sido garantida à partida, não se verificava; a disponibilidade do grupo parlamentar do PSD para viabilizar a audição da Comissão de Acompanhamento a partir das conclusões finais; através da Mesa da CEOP apresentava um requerimento no sentido de ser transmitido à Comissão de Acompanhamento o pedido para que fosse enviado o relatório que esta tinha remetido ao Conselho de Ministros, contendo os fundamentos para a tomada de decisão.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) interveio para referir que o objeto de solicitação ao Governo seriam os documentos que decorreram do trabalho efetuado pela Comissão de Acompanhamento, porque desconhecia se havia relatório, ou não. Os Deputados dispunham de instrumentos para dirigir ao Governo o que melhor fosse entendido.

Nessa sequência, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) referiu que, de entre os mencionados documentos, se encontrava o contrato de concessão e os seus anexos, pelo que estes seriam incluídos na remessa à CEOP.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Usaram, em seguida, da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para referir que o envio de toda a documentação instrutória do processo de privatização da ANA configurava uma melhoria em relação ao requerido pelo PCP; Paulo Baptista Santos (PSD), para dizer da sua concordância em matéria de trabalhos da Comissão de Acompanhamento, sendo que o restante se encontrava publicado; e Duarte Cordeiro (PS), para reiterar o pedido ao Governo para o envio de toda a informação que tinha motivado a decisão governamental.

No final, o Senhor Presidente, face à falta de consenso sobre quais os documentos a requerer ao Governo, solicitou aos grupos parlamentares a apresentação de requerimentos escritos.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Conselho de Administração e das organizações representativas dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentar o requerimento mencionado em epígrafe.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) reportou-se à audição anteriormente realizada, na CEOP, dos Senhores Ministro da Economia e Emprego e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, durante a qual disseram nada saber sobre o assunto, ao contrário do que é afirmado pelos trabalhadores. Nesse sentido, defendia a audição do Conselho de Administração e das organizações representativas dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), pronunciando-se sobre a necessidade de existência de transparência, pretendia saber se a redução do horário estaria a ser articulada com outros operadores.

Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) interveio para dizer que as hipóteses apresentadas pelo PCP eram académicas e não configuravam decisões



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

políticas, uma vez que os responsáveis pela tutela já tinham prestado esclarecimentos nesse sentido, no passado dia 18 de dezembro, perante a CEOP.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), em resposta, informou que ao grupo parlamentar do PCP tinham chegado alertas de que a situação que tinha motivado a apresentação do requerimento estava a acontecer.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros que são Partes Contratantes na Convenção de Viena de 21 de maio de 1963 relativa à responsabilidade civil em matéria de danos nucleares («Convenção de Viena») a ratificarem o Protocolo que altera a referida Convenção ou a aderirem ao mesmo no interesse da União Europeia [COM(2012)550]

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade e, registando-se a ausência do PEV, ficou estabelecido o compromisso de o Presidente da Comissão dar conhecimento prévio ao envio do relatório para a 4.ª Comissão à Deputada relatora da sua aprovação nesta Comissão.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a posição a tomar pela União Europeia no Comité Administrativo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa em relação ao projeto de regulamento relativo aos sistemas reforçados de retenção para crianças [COM(2012)607].

Relator: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta supra mencionada.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.^a SL

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no âmbito dos comités competentes da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa sobre a adaptação ao progresso técnico dos Regulamentos n.os 3, 4, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 19, 23, 26, 31, 37, 38, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 58, 61, 67, 77, 83, 85, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 121, 123 e 125 e sobre a adaptação ao progresso técnico dos Regulamentos Técnicos Globais n.º 4 e n.º 5 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa [COM(2012)613].

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

Depois de analisada a iniciativa foi entendimento do relator que, sobre a mesma, não se justificava a emissão de parecer, o que foi sufragado pela Comissão.

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia e a República Popular da China, nos termos do artigo XXIV, n.º 6, e do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, no que respeita à alteração de concessões previstas nas listas da República da Bulgária e da Roménia, no contexto da adesão destes países à União Europeia [COM(2012)641].

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta supra mencionada.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição da União Europeia no Conselho



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Geral da Organização Mundial do Comércio, no que diz respeito à adesão da República do Tadjiquistão à Organização Mundial do Comércio [COM(2012)646].

Relator: Deputado Paulo Baptista Santos (PSD)

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta supra mencionada.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

9. Apreciação da informação da discussão em comissão do Projeto de Resolução n.º 453/XII/2.ª (BE) - Recomenda ao Governo a criação de condições para o transporte de bicicletas nos comboios da CP

O Senhor Presidente informou que, não tendo havido apresentação de sugestões de alteração à informação, a mesma seria enviada para o Plenário para que o PJR pudesse ser votado.

10. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 474/XII/2.ª (PCP) – Recomenda a adoção de medidas urgentes para apoiar com fundos comunitários o projeto de requalificação do Mercado do Bolhão

O Senhor Presidente informou que, não tendo havido apresentação de sugestões de alteração à informação, a mesma e o novo texto apresentado pelo autor serão enviados para o Plenário para que o PJR pudesse ser votado.

11. Fixação da redação final relativa às seguintes iniciativas legislativas:

– Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Foi aprovada e fixada a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV), sem votos contra, com as alterações apresentadas pelos serviços.

– Proposta de Lei n.º 85/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.~

Foi aprovada e fixada a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 85/XII/1.ª (GOV), sem votos contra, com as alterações apresentadas pelos serviços. Na sequência do alerta feito pelos serviços de que a soma das percentagens previstas nas diversas alíneas do n.º 7 do artigo 29.º era superior a 100%, lapso que se verificava desde a versão original da proposta de lei, foram fixadas, sem votos contra, as seguintes percentagens, à semelhança do que se prevê no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho:

- a) 60% para o Estado;
- b) 10% para a entidade que levanta o auto;
- c) **30%** para a ASAE.

– Reapreciação do Decreto n.º 61/XII – Estabelece os princípios para a utilização de gases de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) como combustível em veículos

Foi aprovada e fixada, sem votos contra, a redação final relativa à reapreciação do Decreto n.º 61/XII.

12. Petição n.º 222/XII/2.ª - Não ao fim da linha aérea Bragança-Lisboa

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- Nomeação de relator (cabe ao PS)**



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi designado relator desta petição.

13. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que na sequência da solicitação para apresentação de requerimentos escritos, no final do ponto 2 da ordem do dia, tinham sido entretanto entregues dois pelo PS. Tendo questionado se poderiam ser apreciados de imediato, o PSD solicitou que os mesmos transitassem para a reunião seguinte.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de janeiro de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 109/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Drago
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira